

Sob a renda da família: roceiros, mocambeiros e outros agentes na formação do campesinato nordestino (Alagoas séc. XIX).

JULIANA ALVES DE ANDRADE*

Amarra, amarra, emenda, emenda,
Caixeiro passe p'ra venda
Que o matuto que comprá.
Matuto trouxa,
Quando chega no mercado
Fica todo atrapaiado
Sem saber o que comprá.
Escolhe aqui, puxa dali, tira acolá,
Aguenta o tombo da balança, Izé
Olha p'ro fie que o caixeiro roba.

O presente trecho de embolada foi registrado pelo pesquisador da cultura alagoana no livro *Folclore Negro das Alagoas*, que reuni textos sobre as diversas manifestações populares e aspectos sociais e culturais dos homens, mulheres e crianças das Alagoas. Com uma narrativa prazerosa o presente ensaio nos revela fragmentos de versos e contos populares, e um pouco do imaginário alagoano sobre um passado não muito distante, como as relações com os senhores de engenhos; as condições de reprodução humana dos homens livres e pobres e a escravidão. Sem dúvida, esse trabalho constitui um marco no campo dos estudos históricos em alagoana, pela minuciosa descrição dos gestos, costumes, expressões da população, ao buscar identificar os elementos simbólicos presentes na indumentária, no número de brincantes e das músicas que acompanhavam as folias.

Se tomarmos como base o que se delinea na composição dos cancionários populares, que “embola” em suas letras o cotidiano dos festejos, negócios, compras e atividades como caminhadas solitárias em estradas cheias de buracos; reconheceremos um retrato pintado, com certa irreverência, das condições sociais, culturais e

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Pernambuco da Linha de Pesquisa Norte-Nordeste Mundo Atlântico. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL.

econômicas dos sujeitos da cidade e o do universo rural. Contudo, são esses gestos que nos suscita a investigar afinal quem são esses homens de cultura negra, matuta e pobre? Qual o perfil étnico e etário desses agentes? Como viviam e sobreviviam? Que tipo de relação mantinha com os senhores de engenho e comerciantes? Qual o envolvimento desses homens na formação de um mercado interno? Quais as estratégias de sobrevivências para salvaguardar os seus poucos recursos?

Estas e outras reflexões que não estão presentes neste artigo, integram uma pesquisa mais ampla desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e constitui parte das problematizações do projeto de doutorado intitulado *Gente do Vale: Trajetórias dos homens livres no Vale do Paraíba do Meio (Alagoas 1860-1890)* que visa historicizar as formas de resistência da população livre pobre alagoana, identificar as redes de sociabilidade e os modos de produção desses agentes.

Para tanto, neste trabalho faremos uma reflexão sobre a criação e recriação das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos homens livres e pobres (que segundo a documentação consultada pela pesquisa em andamento, são denominados de pequenos agricultores, roceiros e mocambeiros) no sentido de salvaguardar os seus poucos recursos e como essa ação contribuiu para a construção de um mercado interno de gêneros de primeira necessidade, sobretudo, de tecido, farinha e carne seca. Além, dessas questões que são suscitadas pelas fontes, problematizaremos ainda, sobre o papel do trabalho em família, como responsável pelo lugar social ocupado por esses sujeitos.

Logo, esses aspectos serão estudados no processo de expansão das fronteiras agrícolas na região oriental do território alagoano, tendo como *locus* a cidade do Pilar e a vila de Atalaia, ambas situadas no vale do Mundaú e Paraíba do Meio. Esse estudo será realizado a partir da segunda metade do século XIX, mas precisamente na década de 1870, quando o avanço das fronteiras, pelos homens livres e pobres é intensificado. Buscaremos observar, sobretudo, o lugar social dos homens livres pobres, nesse momento de reorganização econômica e social da sociedade brasileira, ocasionado pelo o processo de desagregação da escravidão.

Imitando tais gestos, e seguindo a lógica do repente, podemos a partir dessas representações adentrar no contexto das relações dos homens e mulheres moradores do interior das Alagoas, que transitavam nos diferentes espaços em busca de comida, trabalho e festejos. Para os “homens pobres do interior”, que vivia uma trama social de crises e redefinições pela condição que possuíam, era preciso uma conduta que permitisse elaborar atos e escolhas no sentido de não se manter á parte, mas de inserir-se ao contexto, e, sobreviver constituía uma dessas maneiras.

Com vistas a buscar entender o lugar social, do “matuto” alagoano, podemos inicialmente, visualizar suas características culturais, sociais e econômicas a partir de outra “embolada”, agora não mais organizada por poetas populares, mas, pela “poética” do escrivão de polícia que “amarrava” o destino de homem e mulheres que circulavam na província.

Em junho de 1871¹, o inverno rigoroso dava sinal de que a travessia entre a vila do Pilar, e a capital da Província a cidade de Maceió, seria penosa, seja por rio ou por terra. Todavia, o preto Hygino Sergio Tibutino de Oliveira e alguns “camaradas”, arriscaram e fizeram a travessia. Por conta do mal tempo, que se estendeu por todo o dia, fazendo o rio Paraíba do Meio “encher demais e sangrar na cidade do Pilar”, obrigou Hygino a prolongar por mais dois dias sua permanência na cidade de Maceió, e alojar-se na “hospedaria de Isidoro Ribeiro Campos”. No dia seguinte, quase perto da hora do almoço, o preto encaminhou-se para o restaurante do hotel. Sozinho, resolveu se divertir para preencher o vazio daquela tarde chuvosa, para tanto chamou o alferes Isidoro Ribeiro para “jogar conversa fora apos almoço”. A distração era animada ao consumo de “seoveja”. Tudo corria na boa camaradagem, Hygino insistia nas brincadeiras para com Isidoro, com entusiasmo e quase sem pudor. Mas, esse teria sido o desfecho final para a tarde chuvosa, julgou Hygino, se não fosse à retaliação de Isidoro diante de sua “tamanha intimidade”.

Ao convidar Hygino a acompanhá-lo até a porta de saída do estabelecimento, “que [lhe] parecia muito natural em tais dias, visto estar encomodando aos demais fregueses da casa”, foi agredido com “uma garrafa que jogou-a sobre ele (Isidoro)”.

¹ Arquivo Público de Alagoas- APA, Autos Policiais e Administrativos- Livro de Registro da Delegacia de Maceió, M:01/ E: 02 1870/1874, folhas sem numeração.

Isidoro, para conter-lhe, “jogou-lhe uma cadeira do restaurante”, e diante da situação Hygino, foi forçado a sair do estabelecimento, mostrando-se furioso pela atitude. Passado alguns instantes após a exaltação do preto Hygino no hotel, o alferes foi avisado, pelo preto Candido Passos, que “se previnisse que Hygino o vinha matar”. Não tardou para que, “tomado de raiva”, Hygino viesse com um punhal em mãos em direção ao restaurante do hotel, lançando-se com “grande força para abrir a porta do estabelecimento, de tanto não conseguiu”.

Isidoro Ribeiro Campos era casado, tinha 48 anos de idade, vivia do comércio e tinha o ofício de alferes no corpo de Polícia de Maceió. Hygino, preto “vivia da agricultura” no lugar denominado Pernambuco Novo, vila do Pilar. Esse encontro no hotel resultou em inquérito polícia por lesões corporais. No documento, não há menção à cor do denunciante, mas a do acusado, no entanto, foi mencionada em vários momentos.

Partindo dessas informações presente no inquérito policial, e retomando as reflexões apontadas pelos estudos de Abelardo Duarte sobre a formação social da população de Alagoas, arriscamos inferir que um dos elementos constitutivos de identidade é cor. A questão racial estará presente como elemento propositivo de diferenciação, uma vez que, na maior parte dos processos crimes, por nos consultados, a presença ou ausência do termo preto ou negro nos enunciados, servem para demarca um lugar social². Como acontece com Isidoro que embora não fosse reconhecido como preto, o mesmo também não parecia um branco de posses. A denúncia de Isidoro, apesar de ter sido noticiada nas páginas policiais do Jornal da Alagoas, aos dez dias do mês de junho de 1871, não teve grande consequência por que testemunhas atestaram que não houve nenhum grande problema. No mais, o delegado percebeu que a “briga” não teve maiores consequências.

Assim, pessoas como Hygino, Isidoro, protagonistas de uma trama que se passa nas três últimas décadas do século, quando o debate sobre as implicações do tráfico atlântico deu lugar às discussões sobre o destino da população egressa do cativo.

² Nossa pesquisa documental para a tese de doutorado identificou até o presente momento cerca de 40 processos crimes nas comarcas de Atalaia e Pilar, onde a maioria dos réus eram denominados pretos ou negros. Lista de processo consultado em catalogo pessoal.

Nesse momento, a condição social e a cidadania reservada as “pessoas de cor”- como eram geralmente denominados os não-brancos- a exemplo de Manoel, estavam na ordem do dia em Alagoas e no Brasil. Para a historiadora Wlamyra Albuquerque, esses agentes buscavam demarcar posições, estabelecer fronteiras sociais e culturais, a fim de serem reconhecidos socialmente. Por isso, acreditamos que ser pobre livre, nesse período em Alagoas, era fazer parte de uma camada bastante fluida e diversificada, e que essa foi à maneira encontrada por eles de reafirmar-se ou colocá-los em disputa.

Cerca de três meses depois, o chefe de polícia de Maceió, Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, começava mais um dia de trabalho com um caso de fuga de escravo. Dessa vez, tratava-se de Manoel, um “preto”, com idade ignorada, e de propriedade do senhor de engenho, o baiano Antonio Pereira da Silva Paranhas. Essa história, um fato corriqueira nas atividades dos delegados da época, se não fosse o lugar social ocupado pelo “negro fugido”. Buscando entender os motivos da fuga, Delfino Augusto propôs ao preto Manoel que falasse sobre tal acontecimento. Manoel, não tardou em explicar que tinha vindo no navio Honorario, da Bahia, que foi vendido ao capitão da embarcação pelo próprio Paranhas. E, que quando o navio atracou em Pernambuco para reparos, fugiu, e veio para Alagoas. Morava no lugar chamado de Pernambuco Novo, as margens da lagoa na Vila do Pilar. Ao ser interrogado sobre o que fazia na cidade de Maceió, com um barco, respondeu que “vivia da agricultura e ocupava-se a algum tempo da vida do rio”³. Encerrado ao auto de perguntas, o delegado resolveu prender o suspeito até que fosse aberto o processo crime.

Outro elemento que nos chama atenção está relacionado ao ofício desenvolvido por muitos homens livres pobres, o “viver da agricultura”. Esse é outro enunciado capaz de revelar regras de sociabilidades e elementos para a construção de identidades. Conhecendo tais “ocupações” desenvolvidas por essas pessoas, identificamos aspectos que podem os coloca pertencentes a um grupo e estruturar lugares na disputa do jogo social. Dessa forma, podemos afirma que os moradores da vila do Pilar, presentes nos inquéritos policiais, ao apresentarem similitudes em suas práticas sociais, no qual pela atividade desenvolvida, com o cultivo de gênero de primeira necessidade, e pela

³ Arquivo Público de Alagoas- APA, Autos Policiais e Administrativos- Livro de Registro da Delegacia de Maceió, M:01/ E: 02 1870/1874, folhas sem numeração.

dependência econômica da lavoura cultivada e dos serviços desenvolvidos ligados a cultura da terra, eram homens pretos que viviam da agricultura e que a partir desses referenciais faziam parte de uma categoria que não poderia ser categorizada de senhor e nem de escravo. No entanto, qual era a sua condição social e jurídica?

Muitos que viviam da agricultura eram moradores de sítios ou eram moradores de engenho. Como o caso de Antonio Joaquim da Silva, “pego no caminho de Atalaia, com três cavalos”. No inquérito policial Antonio afirmou que tinha 25 anos, que era meeiro de ofício e que morava no termo de Atalaia, não sendo identificada sua cor. Falou ainda que “trouxe suas cargas de farinhas”, e que “trocou-a por dois cavalos “nesta cidade, na rua do comercio, mas que não se lembrava com quem”. Perguntado por que motivo, respondeu que levava apenas dois, pois “o outro Cavallo era de seo companheiro que fugio na ocasião” em que fora pego.⁴

Nessa mesma, situação vivendo da agricultura, foi inquirido Lino Pereira da Silva, com 31 anos de idade, casado, morador da Vila do Pilar. Sua ocupação era agricultura e, atualmente “vivia de ser praça do corpo provisório de Policia”. Seu nome estava arrolado na lista de Registro policial da Capital da Província, porque se envolveu em uma briga na frente do Mercado Público em Maceió, com o preto Francisco Sebastião Domingos, por este vender milho “abaixo do preço”, prejudicando a “renda do seu sítio”.⁵

Os sítios é um conjunto composto de casa, roçado e árvores frutíferas que, apesar de estarem dispersas na área de cultivo, sempre rodeavam a moradia. Embora seja possível encontrar alguns sítios isolados, os mencionados neste texto, e consultados na documentação das vilas de Pilar e Atalaia, em geral guardavam pouca distância entre si e constituíam pequenos aglomerados, conhecidos na área como sítios. Não sabemos ao certo a condição jurídica dessas ocupações, contudo, podemos afirma que o termo sítio poderia designar tanto, a unidade produtora individual, composta de casa/roçado e

⁴ Arquivo Público de Alagoas- APA, Autos Policiais e Administrativos- Livro de Registro da Delegacia de Maceió, M:01/ E: 02 1870/1874, folhas sem numeração.

⁵ Arquivo Público de Alagoas- APA, Autos Policiais e Administrativos- Livro de Registro da Delegacia de Maceió, M:01/ E: 02 1870/1874, folhas sem numeração.

pertencente a um pequeno produtor, como o conjunto dessas unidades, agrupando, em consequência, vários pequenos produtores⁶.

Com base nos dados apresentados, ora pelos elementos presentes na literatura, e, por vezes nos documentos consultados, nos é permitida apenas afirmar que, os homens livres pobres em Alagoas na segunda metade do século XIX, eram em sua maioria pretos (libertos e ex-escravos), agricultores (viviam da colheita de feijão e mandioca, e da pesca), moravam em pequenos sítios, nos terrenos considerados de terras livres. Esses habitantes dos sítios constituíam uma categoria com que se reconheciam e eram reconhecidos pelos trabalhadores residentes nas propriedades – os moradores- que, por oposição, eram reconhecidos e se autodenominava povo do engenho. Mas, as condições suas materiais de produção e reprodução humana, ainda não conhecemos.

Essa aproximação permitida pela documentação, sobre a maneira como o homem pobre rural alagoano vivenciava suas experiências, apresentada a partir das histórias de Isidoro, Hygino e Manoel, é fruto de um longo debate teórico-metodológico no campo dos saberes históricos. Nos últimos trinta anos no Brasil, o debate sobre a epistemologia da história, tem nos oferecido um alargamento no campo de investigação, e modificado seus pressupostos metodológicos, ampliando assim o conceito de história e suas fontes. Essas modificações têm estimulado a produção de novos problemas, que por sua vez, obriga a produção historiográfica a reelaborar suas narrativas de modo que sujeitos tidos até então como “anônimos” apareçam em suas tramas.

Nesse sentido, alinhada as práticas da história social e cultural a produção historiográfica vem se preocupando com o universo micro-analítico das relações humanas, objeto que exige do historiador o trabalho com fontes que permitam uma descrição econômica e social de algumas comunidades. Essas fontes, já são conhecidas

⁶ Segundo Beatriz Heredia, a denominação sítio aparece registrada pela bibliografia em 1774 em Idéia de população, e se refere á existência de sítios no município de Alagoas. Embora caracterizando os sítios com a presença de árvores e cultivos de produtos de pequena produção, essa referência não dá indicações que caracterizem quem deles usufruía. A denominação aparece novamente no censo de 1920, quando são discriminados sítios, fazendas e engenhos. No intervalo entre ambas as publicações não foram encontradas outras referências sobre os sítios. HEREDIA, Beatriz M. Alasia. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha Neves; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, vol 1: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. P 48

há algumas décadas como os processos criminais e inquéritos policiais. Contudo, a forma como esse material é analisado, tem representado uma inovação teórico-metodológico no da história social do trabalho, da escravidão e da agricultura.

Haja vista que, o uso de informações sobre vítimas, acusados e testemunhas, tem nos possibilitado uma análise quantitativa e qualitativa do perfil social, cultural e econômico dos envolvidos; uma vez que esses documentos ao se preocuparem com: onde as pessoas viviam quem eram seus vizinhos, quantas pessoas moravam em uma casa etc., montam, sem intenção, um cenário social, cultural e econômico da sociedade pesquisada. Nesse sentido, as fontes judiciais e policiais tem sido de fundamental importância, para entender os códigos de controle estabelecidos pela sociedade oitocentista. Segundo Keyla Grinberg, o trabalho do historiador é entender o processo de “transformação dos atos em autos, sabendo que ele é sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento”⁷.

Todavia, as experiências de Hygino, Isidoro, Manoel e tantos outros sujeitos que aparecem na documentação que estamos compulsando, nos ajudam a começar a visualizar um universo rural, dotado de sujeitos com valores, crenças e práticas que sinaliza a composição de um grupo social, que não cabia e nem pertencia ao mundo do binômio senhor/escravo.

E diante dessa dessemelhança nas condições sociais e culturais dos homens livres pobres do interior alagoano, encontramos um elemento capaz agregá-los em um único grupo, por ser delimitador de práticas sociais em meio às peculiaridades da paisagem social marcada pela desagregação da escravidão, esse elemento seria a pobreza⁸. É preciso atentar, contudo, que não é possível afirmar, segundo Maria Sylvia

⁷ O trabalho com esse tipo de fonte exige do pesquisador o entendimento do que era considerado crime na época. Para então, compreender o andamento de um processo criminal. De maneira geral, um processo criminal tinha início com uma *queixa ou denúncia* de um crime, logo, instaurava-se o *inquérito policial*, para comprovar a existência do crime, para que fosse então instituído o *sumário de culpa*. A partir daí, faz-se o auto de corpo de delito, e qualificação do acusado. O *sumário* termina com o cumprimento de todas essas fases. Caso não existam provas ou o juiz municipal não aceite as acusações o processo é encerrado, se as acusações foram aceitas, tem início a segunda fase, o *juízo*. GRINBERG, Keila. Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. (Org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

⁸ A definição de Pobreza não é única. Por vezes, ocupa um papel de homogeneizador, ora nos estabelece a existência de distintas variações. São essas características do termo apontadas por Michel Mollat,

de Carvalho Franco, que a pobreza possa ser definida na sociedade do século XIX pela ausência da propriedade de escravos e terras, mas pela pouca propriedade que ainda não conseguimos mensurar.

Nesse sentido, o debate da história social do campesinato do início dos anos 2000, nos ajuda a também reconhecer outros elementos que integram a vida dos homens do interior. Como em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, é uma categoria analítica e histórica, constituída por poliprodutores, integrados ao jogo de forças produtivas, os sujeitos analisados por esta pesquisa, como vimos, se alinham a esses pressuposto conceituais, sociais e políticos.

A categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variados, pelo o mercado, o termo que abrange singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em redes, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas) as condições dessa produção que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar.

Para a pesquisadora da história agrária Márcia Motta, o termo camponês, abriga uma diversidade de sujeitos, ocupações e situações sociais, e é uma distinção analítica fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (rurais e urbanos), que não operam produtivamente sob tais princípios. Com isso, podemos afirmar que no processo de expansão das fronteiras agrícolas em Alagoas junto às formas camponesas, coexistem outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais á reprodução social nas condições hierárquicas dominantes, como os trabalhadores rurais⁹.

quando examina o vocabulário pobreza, ao salientar suas diversas dimensões e amplitude. Nesse sentido, pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 05.

⁹ Discussão realizada por Márcia Motta e Paulo Zath sobre o conceito de campesinato no prefácio do livro *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, vol 1: formas tuteladas de condição camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha Neves; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, vol 1: formas tuteladas**

Esse debate sobre a condição ou papel do homem livre pobre na sociedade alagoas, ainda é uma discussão acanhada e pouco revisitada no estado. Contudo, o trabalho intitulado *Contribuição à História do Açúcar* do historiador Moacir Santana¹⁰, sinaliza a presença desse segmento na organização social e econômica da província, aspecto que será destacado através de um quadro quantitativo sobre o tamanho da população livre. Outro estudo, que explora as condições sociais da população do interior da província, é o estudo sobre a epidemia do cólera em Alagoas do professor Sávio de Almeida¹¹, ao analisar as condições de vilas e cidades alagoanas.

Tal exercício historiográfico nos levava a continuar transitar por caminhos ainda cheios de indefinições, que aos poucos vão se tornando mais claros. Uma atividade que nos auxilia a entender o lugar social desse segmento é o processo de expansão das fronteiras agrícolas em Alagoas. A historiografia vem mapeando as áreas de ocupação histórica do estado, por meio dos diversos cultivos (cana e produtos de subsistências) e mostra que, se ao longo dos séculos a cana se expandiu, deslocando outros cultivos, a presença desse segmento acompanhou esse movimento na fronteira do poder como forma de sobrevivência.

A presença dos sítios, mencionados anterior pelos documentos consultados, em áreas reconhecidamente canavieiras, vem reforçar a coexistência de outras formas de ocupação do espaço, que desconhecidas pela historiografia alagoana. Outro elemento que merece ser destacado, nesse processo de expansão é a relação entre os senhores das terras e os homens livres, uma vez que esses estavam instalados fora dos limites das grandes propriedades, o controle sobre eles não dizia respeito a um senhor de engenho em particular, mas ao conjunto dos senhores de engenho, situação que dava lugar a certa disputa entre eles com relação aos limites das respectivas áreas de influência. Afinal, que de que interior falamos? Onde se localizam essas vilas e sítios?

Se levamos em considerações as reflexões do professor Moacir Sant'ana, acerca da interiorização da comarca/província, perceberemos que essa região vivia uma

de condição camponesa. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. p7.

¹⁰ SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas.** Recife: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL, 1970. p 84-109.

¹¹ ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera.** São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

grande efervescência social e econômica. Essa região por onde transitavam os personagens da nossa trama, citados anteriormente, pode ser considerada como uma área produtora de gêneros alimentícios para o autoconsumo ou para os mercados regionais intraprovinciais. Segundo o historiador mexicano Guillermo Palacios ao analisar a economia do Nordeste entre o século XVII e XIX, verifica que, essa região desde o período colonial apresentava um panorama complexo, uma vez que, há um intenso crescimento demográfico, acelerado pela população livre (formada pelo os egressos do cativo e pequenos produtores), e a presença das atividades agrícolas de subsistência, que estimulados pelos altos custos dos produtos importados, permitia a formação de núcleos abastecedores no interior da província, aspecto favorável ao crescimento econômico regional¹².

Esse crescimento pode ser evidenciado pelo desenvolvimento da vila de **Atalaia** situada à margem esquerda do Paraíba; e a quarta vila mais antiga da comarca/província. Sua constituição enquanto vila é herdeira de uma história de pequenos sítios que no final do século XVII foram atraídos pelo comércio de gêneros primeiras necessidades. Segundo Thomaz Espíndola, em seu famoso livro *Geografia alagoana*, esta vila floresceu quando era o interposto do comércio do algodão cultivado nas vilas de Assembléia (Viçosa) e Imperatriz (União dos Palmares) e que em 1870 “esse município é todo agrícola; contém 28 engenhos, mais 7 que o do Pilar. A sua população monta a 11. 017 almas, sendo 10. 502 livres e 1.515 escravos”¹³.

Já a vila do **Pilar** em 1870 era a mais importante e promissora das vilas alagoanas, e sua tamanha grandeza só poderia ser medida pelo comércio da vila de São Miguel dos Campos e/ou da cidade de Maceió. Apesar desse crescimento, suas ruas não possuíam iluminação e calçamento, as poucas mais de 9.002 almas, era composta de 6. 952 livres e 2.050 escravos. A vila contavam com 10 sobrados, e com 389 casas de telhas e 448 de palha, possuía ainda 3 trapiches, e 3 igrejas, entre elas a matriz, de

¹² PALACIOS, Guillermo. **Cultivadores livres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución Industrial**. México: FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, 1998.

¹³ ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-fim. **Geografia Alagoana ou Descrição Física, política e histórica da Província das Alagoas**. 2ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2001. p 168.

Nossa Senhora do Rosário e a de S. Benedito.” O município era agrícola e comercial, e promete um futuro muito lisonjeiro por causa da navegação das lagoas”¹⁴.

Esses dados apontados por Espíndola, apesar de frágeis, são significativos para que a partir deles, possamos entender os desdobramentos dessa densidade demográfica na província. E diferente dos elementos apresentados pelas narrativas historiográficas sobre o fausto dos sobrados e casas-grandes, e o branqueamento sofisticado da sociedade alagoana, os dados apresentados por nós, apresenta uma população diferente da representada, por ser homens livres de cor, pobres que viviam da agricultura.

Como se percebe a partir o caso de José Teixeira de Mendonça de 36 anos, casado, ocupando-se da agricultura e morador do termo de Pernambuco Novo, vila do Pilar, que procurou a polícia no dia 16 de Agosto de 1872, por ter acontecido uma terrível tragédia no “caminho de Pernambuco Novo”, onde “quatro casas de palhas tinham sido incendiadas”. Essas casas pertenciam respectivamente ao “alferes Francisco José Domingos; ao preto João de tal; ao meeiro Fernando Augusto e ao Luíz Manoel”. Ao serem interrogados sobre se havia algum motivo que tenha levado alguém “realizar tal ato”, respondeu Fernando Augusto que teria sido “uma rixa na casa de farinha”, por conta de “dois sacos de estopas”, onde o preto João de tal, se exaltou com o filho de Epifanio Joaquim da Silva¹⁵.

Com isso, podemos perceber que a simplificação presente na representação de “Nordeste Canavieira” esconde todo um universo social que não podia ser enquadrado na categoria senhor ou na categoria escravo, como por exemplos, as condições materiais de sobrevivência de pretos libertos ou negros fugidos. Os próprios senhores não possuíam todo o poder e fortuna que associamos ao seu nome; ao contrário do que parece, enfrentavam problemas com a produção da cana e nem sempre viviam no fausto. Essa problematização serve também para que possamos relativizar a importância da lavoura canavieira no processo de expansão das fronteiras agrícolas em Alagoas, mas, sobretudo, revisitar a historiografia alagoana. Muitos elementos sobre o universo

¹⁴ ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-fim. **Geografia Alagoana ou Descrição Física, política e histórica da Província das Alagoas**. 2ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2001. p168.

¹⁵ Arquivo Público de Alagoas- APA, Autos Policiais e Administrativos- Livro de Registro da Delegacia de Maceió, M:01/ E: 02 1870/1874, folhas sem numeração.

rural, ainda estão á respondidos, principalmente, no que se refere à constituição dos bens patrimoniais dos senhores ou sitiantes; os arranjos de trabalho e a própria cultura do “povo matuto”.

Esse enfoque regional, e a análise de grupos sociais menores, que desenvolvemos ao longo deste artigo, nos permite discutir aspectos, que não foi possível problematizar nos enfoques de amplos estratos sociais e/ou áreas geográficas maiores.¹⁶De acordo com Ciro Flamarion, o estudo de uma região, especialmente no âmbito rural, nos possibilita identificar suas especificidades, e entender que o meio rural, se distancia dos outros espaços, pelas condições físicas e ritmos próprios imposto em grande medida pela produção agrícola; e pelo fato dos agricultores, serem mais dependentes dessas condições naturais; que em geral dispõem de menos capitais do que os industriais, se adaptando e evoluindo mais lentamente, no ritmo da lavoura¹⁷.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas: o município e a cidade- notas históricas, geográficas e archeológicas**. São Paulo: Plátano Comunicação, 2005. Ed. fac-símile de Recife: Imprensa Nacional, 1914.

CARDOSO. Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EDUFAL, 2006.

DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas: áreas de cana-de-açúcar-pesquisa e interpretação**. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

EISENBERG, Peter. **Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil- XVIII e XIX**. Campinas: UNICAMP, 1989.

¹⁶ No interesse de conhecer os camponeses Emmanuel Le Roy Ladurie, valeu-se de uma comunidade aldeã- Montailou do século XIV. Na investigação do historiador francês, veio á tona, assim, o universo geográfico, econômico, social, cultural e religioso que marcava aquela comunidade camponesa, cujos liames avançavam para contextos mais amplos, iluminando o modo de vida do campesinato occitânico, e mesmo europeu da época. LADURIE. Emmaneu Le Roy. **Montailou: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294- 1324)** . Lisboa: Edições 70. s/d

¹⁷ Na pesquisa microanalítica, limitada a uma comunidade ou a um grupo social estruturado em determinado espaço, propõe-se apreender o objeto da análise histórica na sua totalidade, ou seja, nas diversas dimensões- geográficas, demográfica, econômica, social, ideológica- que o constituem. CARDOSO. Ciro F. **Agricultura, escravidão e capitalismo**, 1979.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-fim. **Geografia Alagoana ou Descrição Física, política e histórica da Província das Alagoas**. 2ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6 ed. São Paulo: Global, 2004.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. (Org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha Neves; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, vol 1: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

LADURIE. Emmaneul Le Roy. **Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294-1324)**. Lisboa: Edições 70.

PALACIOS, Guillermo. **Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución Industrial**. México: FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, 1998.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL, 1970.